



ESTADO DO PIAUÍ  
**Câmara Municipal de Teresina**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. LEI Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

## APROVA:

**Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em local de fácil visualização, da legislação que assegura o direito à visitação religiosa em hospitais da rede pública e privada no âmbito do Município de Teresina, e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA**, Estado do Piauí,  
Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os hospitais públicos e particulares situados no âmbito do Município de Teresina deverão fixar, em área de ampla visibilidade, cartaz ou placa informativa contendo a legislação em vigor que garante o direito à assistência religiosa aos pacientes internados, conforme previsão constitucional e normas federais e estaduais aplicáveis.

**Art. 2º** Os estabelecimentos de saúde a que se refere o *caput* do art. 1º deverão afixar, em locais de ampla e fácil visualização, cartazes, banners, similares, com as informações do art. 5º, inciso VII, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.982, de 14 de julho de 2000, que asseguram o direito a assistência religiosa aos pacientes internados.

*Parágrafo único.* A publicação deverá conter obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - o direito do paciente de receber visitas de cunho religioso, respeitando sua vontade ou a de seus familiares, conforme sua condição clínica;
- II - a legislação que assegura a prestação de assistência religiosa - art. 5º, inciso VII, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.982, de 14 de julho de 2000;
- III - os horários estabelecidos pela instituição de saúde para realização das visitas religiosas nos turnos da manhã, tarde e noite;
- IV - o contato do setor responsável pelo agendamento ou pela orientação referente às visitas religiosas, se houver;
- V - as formas de registrar reclamações ou denúncias em caso de descumprimento da norma, incluindo canais de atendimento da unidade hospitalar e dos órgãos competentes.

**Art. 3º** O cartaz ou placa deverá apresentar dimensões suficientes para garantir plena visibilidade, com fonte de fácil leitura e linguagem acessível, devendo ser fixado:

- I - na recepção principal do hospital;
- II - nas proximidades do setor de internação.





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Câmara Municipal de Teresina**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. LEI Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

**APROVA:**

**Art. 4º** O não cumprimento das disposições desta Lei acarretará as seguintes sanções à instituição hospitalar:

- I - advertência formal por escrito;
- II - aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em caso de reincidência;
- III - multa em valor dobrado no caso de nova reincidência.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal regulamentará à presente Lei, no que couber.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Teresina, 23 de setembro de 2025.

Vereador **ENZO SAMUEL ALENCAR SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Teresina

Vereadora **FERNANDA GABRIELLY COSTA GOMES**  
1ª Secretária

Vereadora **ELZUILA ALVES CALISTO**  
2ª Secretária

